



A HOMOFOBIA EM DEBATE NAS ESCOLAS E NAS TELAS: UM ESTUDO COM VÍDEOS ESCOLARES COMPARTILHADOS NO YOUTUBE

Brenda da Silva Ferreira¹

Fabiana Mendes Folly²

Maria da Conceição Silva Soares³

Vinícius Leite Reis⁴

Resumo:

Este texto remete à pesquisa Audiovisualidades e redes de significações sobre gênero e sexualidade tecidas na formação de professoras/es: um estudo com vídeos escolares contra homofobia compartilhados no YouTube, iniciada em 2015, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ. Desenvolvida por pesquisadores do GRPESQ CNPq Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, esta investigação busca problematizar, por meio dos vídeos, as redes de conhecimentos e subjetividades tecidas nas escolas e nos diferentes contextos da formação, com o propósito de desnaturalizar e combater a discriminação e a violência contra mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Até o momento, encontramos mais de 160 vídeos, produzidos por estudantes de diversas regiões do país e níveis de ensino, de escolas públicas e particulares, hibridizando formatos e articulando diferentes conceitos. Neste trabalho, nos ocuparemos de uma primeira análise sobre essa produção, mapeando-a e apontando que as questões sobre gênero e sexualidade já estão presentes nos cotidianos nas escolas, apesar do conservadorismo que assola o país e pretende impedir essa discussão.

Palavras-chave: Audiovisualidades; Homofobia; YouTube.

Introdução

Este texto remete a fragmentos de uma pesquisa, cuja relevância se acentua nesse momento por conta da onda conservadora, racista, misógina, homofóbica e fascista que assola a sociedade brasileira e ameaça direitos civis conquistados com muitas lutas, e que vem sendo

¹ Estudante de Graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Bolsista PIBIC/UERJ e integrante do GRPESQ CNPq Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença. E-mail: brendas.ferreira@hotmail.com.

² Pedagoga pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Professora da Creche Irmã Paula. Foi bolsista PIBIC/FAPERJ e é integrante do GRPESQ CNPq Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença. E-mail: fabianamfolly@gmail.com.

³ Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio de Janeiro, UERJ. Coordenadora do GRPESQ CNPq Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença. E-mail: ceicavix@gmail.com.

⁴ Mestrando em Educação pelo Programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed / UERJ), membro do Grupo de Pesquisa: Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença (CUNADI / Cnpq). Email: viniciusreiswork@gmail.com.



capitaneada por políticos que representam interesses da elite socioeconômica e de certa moral que se diz religiosa. Trata-se do projeto de pesquisa *Audiovisualidades e redes de significações sobre gênero e sexualidade tecidas na formação de professoras/es: um estudo com vídeos escolares contra homofobia compartilhados no Youtube*, com o qual buscamos afirmar que a discussão sobre as questões de gênero e de sexualidade está, de alguma forma, acontecendo nos cotidianos das escolas de educação básica em todo o país, independentemente das políticas de Estado, das diretrizes curriculares, dos planos municipais e estaduais de educação, dos projetos pedagógicos e dos currículos prescritos ou declarados nas unidades de ensino. Assim entendendo, defendemos que o que vem sendo produzido em vídeo e compartilhado nas redes digitais por estudantes precisa ser discutido e alargado.

Tal pesquisa vem dar continuidade aos estudos que temos desenvolvido no GRPESQ/CNPq *Currículo, Narrativas Audiovisuais e Diferença*, e busca investigar, problematizar e intervir nas redes de significações tecidas na formação de professores/as, *dentrofora* do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o propósito de contribuir com as *prácticasteorias* que buscam pensar, desnaturalizar e combater a discriminação, a inferiorização e a violência contra mulheres e contra as pessoas consideradas como desviantes em relação aos modos hegemonicamente legitimados de experimentar as potências do corpo, tais como homossexuais, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis, entre outros, nos cotidianos escolares.

Entendemos que a formação de professoras/es, como processo de invenção de si e de mundo (KASTRUP, 2005, 2007), se tece com o que é aprendido nos diferentes contextos em que se vive (ALVES, 2008, 2010), entre eles o dos usos das mídias. O estudo atual visa o mapeamento e a análise com os/as estudantes de Pedagogia de vídeos contra a homofobia produzidos como trabalhos escolares e divulgados no site de compartilhamento YouTube na internet. A pesquisa prevê ainda, em outra etapa, a produção de audiovisuais contra o preconceito e a violência contra mulheres e a população LGBT com as/os estudantes.

No recorte que trazemos para esse texto, trataremos especificamente de um dos modos pelos quais a discussão das questões de gênero e sexualidade, apesar de ter sido retirada de Planos Estaduais e Municipais de Educação pelo Brasil afora, atravessa escolas de norte a sul do país: a produção de vídeos contra a homofobia realizada como trabalho escolar por estudantes



que se valem dos dispositivos digitais de registro e compartilhamento de audiovisuais (celulares, webcam, tabletes e afins) para propor formas de combate e exposição da referida prática. Para filtrarmos a vasta gama da produção existente, pensando na construção das nossas fontes de pesquisa, optamos por selecionar os discursos visuais e sonoros que “sobem” ao Youtube com legendas do tipo “trabalho de...” acrescidas da palavra “homofobia”.

Com a pesquisa que deu origem a este texto, buscamos pensar a produção de narrativas audiovisuais contra a homofobia como trabalho escolar e a discussão sobre gênero e sexualidade que promovem, considerando-as como práticas curriculares no seio da cultura da convergência de mídias (JENKINS, 2009; MARTÍN-BARBERO, 2010), da paisagem audiovisual (RINCÓN, 2002, 2013), dos diferentes modos de praticar as audiovisualidades atualmente - embaçando as fronteiras entre formatos, linguagens, telas e emissão/recepção - (KILLP, 2012), das possibilidades/prescrições inscritas nos artefatos técnicos (FLUSSER, 2002) e dos modos de constituição e apresentação dos conhecimentos, indivíduos e grupos que as novas mídias favorecem (GONÇALVES e HEAD, 2009).

Breve conversa sobre homofobia

A homofobia, entendida de modo quase consensual como aversão às homossexualidades e às dissidências dos gêneros tais como estes são inteligíveis e autorizados, produz exclusão social, política e econômica, marginalização, humilhação, violência física e psicológica e até a morte de pessoas enquadradas nessas categorias, inclusive adolescentes e crianças. Embora o termo venha sendo questionado por alguns militantes e teóricos por ser redutor da complexidade dos motivos e dos modos pelos quais diferentes grupos são afetados por esse conjunto de sentimentos e atitudes negativos – pois, ao ter sua origem voltada para o preconceito em relação à homossexualidade masculina não contemplaria a lesbofobia, a transfobia, etc –, optamos, no contexto da pesquisa, pelo seu uso por entendermos que ele opera nas políticas públicas e nos discursos institucionais de modo ampliado, aplicando-se ao desprezo e ao ódio em relação a todos os modos considerados desviantes de se experimentar social e sexualmente as potências e os afetos dos corpos, ao mesmo tempo em que reconhecemos que esse uso revela uma limitação posta pela linguagem (DINIS, 2011) e pelo que ela põe em funcionamento.



É importante ressaltar que esse sentimento de hostilidade, medo e repulsa, que aqui chamaremos apenas de homofobia, não reside apenas nos indivíduos, não é somente um sentimento individual, mas é produto de modos de perceber, significar e agir que se engendram de modo ambíguo e paradoxal na cultura, no seio das diversas instituições, entre elas as ciências, as mídias e as escolas. A homofobia, além de ser um preconceito que ainda é fortemente tolerado em nosso país, é permanentemente fabricada e concebida no âmago de um sistema de saberes-fazer-poderes que opera a constituição da ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre as pessoas, isto é, uma ordem baseada na categoria “sexo” e numa suposta diferença sexual que resulta de uma operação de classificação dicotômica dos corpos. Nas palavras de Borrillo (2010, p. 30):

Essa ordem sexual, ou seja, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política da construção da normalidade sexual. A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (o grifo é do autor).

A homofobia, ainda segundo Borrillo, articula-se em torno de emoções, de condutas e de um dispositivo ideológico e “está tão arraigada na educação que, para superá-la impõe-se um verdadeiro exercício de desconstrução de nossas categorias cognitivas” (2010, p. 87). Concordando com ele, defendemos que para combater a homofobia e todo tipo de violência e exclusão que ela engendra, especialmente no campo da educação, se faz necessário problematizar e desconstruir os discursos e as práticas cotidianas que fabricam e naturalizam a diferença entre os sexos-gêneros, forjando, com essa diferença, a heterossexualidade como a única forma possível e legítima de desejo, afeto e prazer, e, desta forma, como padrão de normalidade.

Guacira Louro (2014) acrescenta que a homofobia pode expressar um terror em relação à perda da autenticidade e da oposição binária entre os gêneros, e desta feita, infere que a regulação da sexualidade é indissociável do policiamento e da censura de gênero. De acordo com essa autora, as escolas, com suas arquiteturas, símbolos e códigos produzem a



escolarização dos corpos e das mentes, informando o lugar de cada um e o que cada um pode fazer. Essas lições, afirma, confirmam e produzem diferença.

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades “escolarizadas”. Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporado por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. (LOURO, 2014, p. 65)

Do ponto de vista teórico-epistemológico-político, partimos da compreensão que os discursos e as práticas que engendram e naturalizam, permanentemente, o sistema que associa corpo-sexo-gênero-sexualidade pela ótica da diferença sexual e da heteronormatividade, assim como as desigualdades sociais dele decorrentes, é uma produção sociocultural se ancora na categorização das pessoas a partir de uma classificação dos corpos, ou melhor, dos órgãos genitais, no contexto de relações de saber-poder historicamente situadas e datadas (FOUCAULT, 1988, 1999; LOURO, 2008, 2013, 2014; BUTLER, 2008, 2013; PRECIADO, 2014, 2015). Nesta perspectiva, com nossas pesquisas, temos buscado identificar, descrever e analisar práticas e discursos que produzem os “diferentes”, os “anormais”, “os desviantes”, para desnaturalizá-los e desconstruí-los, produzindo e reconhecendo, ao mesmo tempo, o engendramento de outras estéticas de existência, de singularizações, para além dos modelos que buscam a formatização da vida.

As práticas educativas, as normas escolares, os materiais didáticos, os conhecimentos curriculares são, também, espaços-tempos de fabricação de identidades, de diferenças, dos diferentes e dos preconceitos em relação a eles. Nessa perspectiva, e no contexto de uma frente conservadora que se articula em diferentes instituições da sociedade brasileira tornando-se um entrave para que programas governamentais como o Brasil sem Homofobia cheguem às escolas, é que consideramos a urgência da discussão sobre as questões de gênero e sexualidade na formação inicial de professores.

“Kit Gay”, ou seu no nome real: *Kit de Combate à Homofobia nas Escolas*

“Kit Gay” é como o material proposto para levar às escolas o programa *Brasil sem Homofobia* (2004) foi batizado pelos reacionários do Congresso Nacional, “dando nome aos bois”: Jair Bolsonaro. Não gostamos desse nome, é óbvio, mas fazemos questão de enfatizá-lo, pois só assim percebemos a distorção propositadamente produzida, pois o *Kit de Combate à*



Homofobia nas Escolas não era um material que pretendia “fabricar gays”, conforme o argumento de seus opositores, mas sim um material para discutir o assunto com mais clareza e combater o preconceito.

Brasil sem Homofobia é um programa do Governo Federal, lançado no governo do então presidente Lula, como medida para combater a discriminação da população LGBT. Possui, segundo o documento, o intuito de “promover a cidadania e direitos humanos às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica”. Prevê uma série de medidas para combater o preconceito e faz parte da estrutura do programa a distribuição às escolas da rede pública, do chamado *Kit de Combate à Homofobia nas Escolas*.

Nessa perspectiva, o kit fazia parte do projeto *Escola sem Homofobia*, criado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC). Foi elaborado por entidades de defesa dos direitos humanos e de entidades representativas das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) – Comissão de Direitos Humanos da Minoria (CDHM), juntamente com parte da Comissão de Educação do MEC. Esse kit era composto por uma embalagem, contendo uma série de cartilhas, cartazes, folders e cinco vídeos que tratam do despertar da eroticidade na juventude, período da infância a adolescência, e sua vertente “homoerótica”. Esse material seria destinado a alunos da 6ª a 9ª Série do Ensino Fundamental e aos alunos do Ensino Médio, pessoas da mesma idade das demonstradas no vídeo. A distribuição desse kit gerou indignação e muita polêmica em diversas camadas sociais, principalmente na bancada evangélica da Câmara dos Deputados e indignações postadas via internet. MEC.

O Governo Federal, devido às pressões políticas e sociais, recuou em relação à distribuição do referido material e, dessa forma, o programa na vertente escolar não foi para frente. O Kit anti-homofobia se propunha a ser uma forma institucionalizada de lidar com o tema nas escolas. O Kit tinha todo um propósito pedagógico e foi completamente distorcido pelos seus críticos, mas a discussão sobre as questões de gênero e sexualidade está presente nas escolas, e é empreendida, sem pedir licença, por professores e estudantes, de forma astuciosa nos cotidianos escolares. Uma dessas formas é a produção de vídeos como trabalhos escolares,



muitos dos quais são postados por seus realizadores no site de compartilhamento YouTube, o que nos permite acessar, baixar, exibir, compartilhar, discutir e produzir pensamentos.

O YouTube como potência para compartilhar questões que atravessam as escolas

A relevância dessa pesquisa-intervenção na formação de professores/as, a nosso ver, está na possibilidade de engendrar mecanismos de enfrentamento à homofobia e aos seus efeitos nefastos na contingência de uma contemporaneidade caracterizada por uma cultura eminentemente audiovisual. A proliferação, o barateamento, a mobilidade, a ubiquidade e a facilidade operacional dos dispositivos destinados à produção e à veiculação de imagens e de sons, propiciam uma produção e uma circulação sem precedentes de audiovisuais que transitam por diferentes telas, o que, em certa medida, nos impele, todo momento, a nos apropriarmos deles para atribuir sentidos a nossa cotidianidade e para inventar o presente. Nessas contingências, nos deparamos, a cada dia, com uma quantidade sempre crescente de imagens e de sons tecnicamente produzidos (FLUSSER, 2002), criados por não profissionais da informação, da arte e do entretenimento, e distribuídos por outras vias que não mais apenas os já considerados tradicionais meios de comunicação de massa. Desde 2005, os vídeos produzidos por não profissionais podem ser compartilhados na internet através do site YouTube, um fenômeno da cultura participativa em tempos da experiência digital em redes, que veicula tanto conteúdos produzidos pelas mídias massivas como conteúdos produzidos pelos usuários.

O YouTube, mais ainda do que a televisão, é um objeto de estudo particularmente instável, marcado por mudanças dinâmicas (tanto em termos de vídeos como de organização), diversidade de conteúdos (que caminha em um ritmo diferente do televisivo mas que, da mesma maneira, escapa por meio do serviço e, às vezes, desaparece de vista) e uma frequência cotidiana análoga, ou "mesmice". Há ainda a complicação adicional de sua dupla função como plataforma top-down de distribuição de cultura popular e como plataforma bottom-up de criatividade vernacular. É entendido de vários modos: como plataforma de distribuição que pode popularizar em muito os produtos da mídia comercial, desafiando o alcance promocional que a mídia de massa está acostumada a monopolizar e, ao mesmo tempo, como uma plataforma para conteúdos criados por usuários na qual desafios à cultura comercial popular podem surgir. (BURGESS, 2009, p. 23-24)

As novas e colaborativas mídias e os dispositivos de produção de imagens, independente de qualquer decisão política ou pedagógica, já estão nas escolas e os modos de contabilizar e narrar o mundo que eles potencializam, assim como os conteúdos que disseminam,



atravessam as práticas educativas e integram as redes curriculares tecidas. Nesse contexto, o chamado dispositivo da visibilidade (BRUNO, 2010) articula novas relações de poder, saber e prazer, engendrando efeitos de realidade e regimes de verdade, sobre si mesmo e sobre o mundo, atrelados às imagens técnicas.

A ambiência audiovisual em que estamos imersos, como sugere Rincón (2002, 2013), faz emergir outras formas de significação, isto é, novas maneiras de perceber, de apresentar, de enunciar e de reconhecer, além de engendrar inéditas formas de experiência, pensamento e imaginação. Uma maneira de caracterizar este novo regime de sensibilidade, segundo o autor, é pensá-la a partir das formas subalternas de inscrever a vida na atualidade: gênero, sexo, ecologia, etnia, juventude, música, futebol, telenovela, carnaval, classe, entre outras coisas. São perspectivas de produzir sentido que têm sido sistematicamente excluídas da verdade ocidental.

Na sistematização inicial da pesquisa que trazemos para esse texto, decidimos pensar as narrativas audiovisuais produzidas/editadas/encenadas/remixadas por esses praticantes culturais, entendendo-as como produtos/produtoras de uma nova forma de comunicar, consumir informação, criar significações, de ver e ser visto. Maneiras outras de produzir conhecimentos e brincar saberes potencializados pelas vivências *aprendidasensinadas* nos *espaçostempos* digitais conectados em rede. São vozes, imagens, trilhas sonoras, cores, sotaques, experiências filmadas, recortadas, sampleadas e compartilhadas com todos e com ninguém.

Sobre os vídeos produzidos por estudantes

Em um levantamento realizado de junho a dezembro de 2015, buscando pelas palavras “trabalho” e “homofobia” juntas, encontramos centenas vídeos produzidos como trabalhos escolares compartilhados no YouTube. Decidimos trabalhar com as primeiras 100 produções encontradas. Para realizar as análises, estamos fazendo download dos vídeos e arquivando-os em pastas individuais acompanhados de uma ficha com todos os dados que pudermos reunir: data da postagem, do acesso, número de visualizações, comentários, autores, escola, região, tempo de duração etc. Em alguns casos, estamos tentando contato com os realizadores em busca de mais informações. Os vídeos serão analisados pela equipe da pesquisa. Vamos trabalhar também com curadorias realizadas por estudantes de Pedagogia, que vão selecionar



e apresentar os vídeos que considerarem mais interessantes. Todo esse processo será gravado em vídeo e esse material fará parte do corpus da pesquisa.

Até o momento em que esse texto foi produzido, cerca de 20 vídeos foram assistidos mais atentamente. Na maior parte dos vídeos compartilhados já visualizados não há indicação da escola, da disciplina para qual o trabalho foi produzido e muito menos a referência dos textos e das imagens (não autorais) utilizados na composição das narrativas, com exceção, quase sempre, da música que funciona como trilha sonora.

Entre os vídeos que indicam os *espaçostempos* em que foram produzidos, pudemos constatar que a maior parte deles é realizada por alunos de escolas estaduais de ensino médio, embora haja também trabalhos produzidos por estudantes de escolas particulares e públicas de diferentes níveis de ensino, como em faculdades (Direito, Psicologia, Comunicação Social, Serviço Social e Pedagogia) e escolas de ensino fundamental (nos últimos anos) de várias regiões do país. Pudemos identificar trabalhos produzidos em São Caetano do Sul (SP), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Linhares (ES), Groaíras (CE), Cajuru (SP), São José (SC), Bauru (SP), Caieiras (SP), Vitória (ES), Nova Odessa (SP), Pinhais (PR), Santa Cruz das Palmeiras (SP), Rio Branco (AC), Londrina (PR), João Pessoa (PB), Recife (PE), Guaíba (RS), Fortaleza (CE) e Sorocaba (SP), entre outras localidades.

Entre as disciplinas para as quais os “trabalhos sobre homofobia” foram criados, estão Sociologia, Filosofia, Redação, História, Arte, Português, Inglês, Espanhol e Biologia, com maior concentração nas cinco primeiras. O trabalho compartilhado no YouTube há mais tempo encontrado data de 2007 e o mais recente é deste ano de 2015, mas a maior concentração de compartilhamentos, a maior quantidade de visualização e o maior número de comentários a esses trabalhos se dão entre os anos de 2011 e 2013.

Grande parte dos vídeos visualizados foi produzida a partir de uma composição entre textos, fotografias disponíveis na internet e uma música de fundo. Muitas frases clichês se repetem em diferentes trabalhos: “Homofobia mata!”, “Homofobia é crime!” e “Homossexualismo (Homossexualidade nos vídeos mais recentes) não é doença”. Muitas imagens e textos são usados (CERTEAU, 1994) em diferentes vídeos para produzir novas composições. As fotografias de arquivos da internet mais usadas nesses vídeos remetem às paradas gays, bandeiras do arco-íris em diferentes formatos, imagens de vítimas de violência homofóbica e



imagens de casais homossexuais em cenas de afeto. As músicas mais utilizadas são de artistas pops contemporâneos, tais como Adele, Cold Play, Lady Gaga e Katy Parry, mas também músicas que se tornaram, de certa forma, hinos LGBT, tais como “It’s Raining Men” e “Y.M.C.A”. As imagens que apresentaremos a seguir foram *printadas* dos vídeos. Deixamos o endereço em que as obras estão disponíveis visíveis para os interessados em acessar as produções.



Em outras produções, imagens em movimento são usadas nos audiovisuais dos estudantes para compor com os textos e fotografias, tais como reportagens de programas jornalísticos que denunciam diferentes tipos de violência contra homossexuais e transexuais, cenas de filmes ficcionais, fragmentos de documentários, peças publicitárias e depoimentos. São narrativas audiovisuais criadas com a apropriação, edição, mixagem e hibridização de imagens da indústria cultural para imprimir outras narrativas informadas por outros desejos e outros interesses. Para nós, essa lógica não difere da produção de cartazes para apresentação de trabalhos escolares. Fotos recortadas de jornais, revistas e livros, textos xerocados e palavras escritas com canetas hidrográficas usados em montagens sobre cartolina ou papel cartão em novas composições para produzir novos saberes. A diferença, talvez, é que com a internet as possibilidades e as facilidades se multiplicam. Imagens, palavras, músicas e textos se impõem a nós como representativas da temática pesquisa quando digitamos o que procuramos em sites de pesquisa, como o Google, que, de certa forma, se tornou coautor de muitas composições.

Entretanto, os depoimentos gravados pelos próprios estudantes com amigos gays, parentes, vizinhos, professores e especialistas, inseridos nos vídeos com fotos e textos ou ganhando a cena por si mesmos, significam a introdução de um elemento novo, diferenciando, no que se



refere às condições de realização, essas produções dos vídeos produzidos por videomakers sem câmeras. Vale destacar nesse processo, o protagonismo das juventudes que se apresentam como homossexuais, “botando a cara no sol” para falar do preconceito nas escolas e nas famílias, mas também dos modos que o enfrentam, de seus desejos, prazeres e condições de vida. Eles apontam, muitas vezes, para questões que transbordam as ideias de diferença, respeito e tolerância, interrogando o que foi naturalizado e o que é quase sempre impensável.

“Quando alguém te zoar, você pergunta pra pessoa quando ela escolheu ser heterossexual. Foi essa pergunta que eu fiz para minha mãe, e a partir daí as coisas começaram a melhorar”.

“A gente que é alvo desses comentários, dessas posturas agressivas, o que a gente pode fazer para o nosso próprio bem é manter a pose.(...) A gente é maior do que isso, do que uma bicha louca ou uma sapatão.”



Consideramos importante destacar, ainda nesse momento exploratório em que elaboramos a pesquisa uma quantidade significativa de vídeos de ficção, nos quais meninos e meninas que se apresentam como heterossexuais fazem “papel” de gays. As histórias, geralmente, versam sobre casos de bullying e agressões físicas cometidos contra jovens homossexuais.



Observamos, além de estereótipos associados à homossexualidade na construção dos personagens, certo desconforto dos atores, que, para compensar ou se justificar, apresentam no fim cenas de bastidores com brincadeiras, erros de gravação e outras cenas que deixam claro que se trata de uma representação. De qualquer forma, se colocar no lugar do outro, sentir o que é viver nesse lugar que a sociedade lhe reservou, é sempre uma experiência que impulsiona desnaturalizações em relação ao gênero e à sexualidade.



Ao assistirmos aos vídeos, emergem múltiplas problematizações. Muitos desses protagonistas, autores, atores e entrevistados, são menores de idade e não sabemos se há, ou mesmo se precisaria haver autorização dos pais e responsáveis para o uso das imagens. Quais seriam as implicações dessa exposição? Também não temos como saber se o tema do trabalho foi uma solicitação ou uma escolha de estudantes, e nem mesmo se houve debate e questionamento



dos conteúdos e formas durante a apresentação em sala de aula. Contudo, podemos assegurar que a discussão sobre a homofobia faz parte das redes curriculares tecidas nas/com as escolas, queiram ou não as autoridades e que, de maneira geral, os estudantes se orgulham de suas produções, o que pode ser aferido com as descrições, os comentários e a própria atitude de compartilhar.

Referências

ALVES, Nilda. Tecer conhecimentos em rede. In: ALVES, N. & GARCIA, R. L. (org.). *O sentido da Escola*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2008.

_____. Redes Educativas 'dentrofora' das escolas, exemplificadas pela formação de professores. In: SANTOS, Lucíola, DALBEN, Ângela e LEAL, Júlio Diniz Leiva (Orgs.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Currículo, Ensino de Educação Física, Ensino de Geografia, Ensino de História, Escola, Família e Comunidade*. 66 ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2010.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRUNO, Fernanda. Circuitos de vigilância: controle, libido e estética. In: LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos; GUIMARÃES, César. *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BURGESS, Jean. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade* / Jean Burgess e Joshua Green; com textos de Henry Jenkins e John Hartley; tradução Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DINIS, Nilson Fernandes. *Homofobia e educação*: quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1976-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FLUSSER, Vilém. *A filosofia da caixa preta*: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (org.). *Devires imagéticos*: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

KASTRUP, Virgínia. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1273-1288, Set./Dez. 2005.

_____. *A Invenção de si e do mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KILPP, Suzana. Dispersão-convergência: apontamentos para a pesquisa de audiovisualidades. In: MONTAÑO, Sonia; FISCHER, Gustavo; KILPP, Suzana. *Impacto das novas mídias no estatuto da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Cinema e Sexualidade. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 33, p. 81-98, Jan./Jun. 2008.



_____. Pedagogias da Sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Convergência digital e diversidade cultural. In. MORAES, Denis (Org.). *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, PAUL B.. Activismo postporno. In. *El Mundo* (on-line). Disponível em: <http://www.elmundo.es/cultura/2015/04/18/552e788222601da62d8b458c.html>. Acesso em: 21 de abril de 2015.

RINCÓN, Omar. *Televisión, video y subjetividade*. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editorial Norma, 2002.

_____. Experiências de convergência: inovação na análise e na expressão audiovisual. Tradução: Isabel Navega. In. BERINO, Aristóteles; SOARES, Conceição (Org.). *Educação e imagens II: currículos e dispositivos de produção e circulação de imagens*. Coord. da série: Nilda Alves. Petrópolis/RJ: De Petrus; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.